

# A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar

Maria Amélia de Almeida Teles

**Como citar:** TELES, M. A. D. A. A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar. *In* : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.111-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p111-124>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## A INSURGÊNCIA DO FEMINISMO POPULAR SOB A DITADURA MILITAR

*Maria Amélia de Almeida Teles*

[...] *Percebemos que tínhamos nossas reivindicações. E como não nos enxergamos como mulheres que tínhamos nossas reivindicações e não tomarmos consciência desta discriminação no meio de um processo que falava de mudanças, de transformação social, de igualdade? [...]* (GRAMMÁTICO, 2012, p. 113, tradução nossa).

A ditadura militar imposta por meio do golpe de 1964 destruiu as frágeis estruturas do estado democrático e os mais diversos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, colocados sob suspeição por defenderem bandeiras de liberdades políticas, justiça social e direitos para a população.

Por outro lado, ainda que sob a mais ferrenha clandestinidade os movimentos renasciam, resistiam e traziam aspirações democráticas e revolucionárias. Um destes movimentos foi o do feminismo.

Pretendo neste texto apresentar a situação das mulheres na ditadura militar e a insurgência do feminismo. Vou dividir em três fases o histórico da atuação dessas mulheres para esclarecer melhor a complexidade da questão. Primeiramente devo falar da fase pré-golpista, onde as

mulheres encontravam-se dispersas e uma expressiva maioria mantinha-se sob o jugo de conservadores de extrema direita.

Em seguida, vou apresentar a segunda fase, ao fazer um breve relato das condições de vida e trabalho da maioria da população feminina ocorridas com as mudanças provocadas pela ditadura militar e o capitalismo internacional e ao mesmo tempo mostrar a participação e a militância das mulheres de esquerda que enfrentavam a ditadura nas diversas formas políticas inclusive na luta armada.

Na terceira fase, ressalto o pioneirismo das mulheres populares que romperam com o silêncio, a censura, à repressão política e a dinâmica limitada do cotidiano para ocupar ruas e praças na luta contra a alta do custo de vida, em defesa da anistia, das liberdades políticas, por creches e contra a ditadura. Defenderam o direito de serem feministas, os direitos à sexualidade e ao prazer sexual, o direito de serem mulheres lésbicas. Defenderam prostitutas perseguidas covardemente pela polícia. Denunciaram as torturas cometidas pela ditadura, a violência sexual sofrida pelas presas políticas.

Quero lembrar que participei ativamente desses três momentos históricos que hoje, têm sido lembrados nos eventos dedicados aos “50 anos do golpe militar”. Eu pertenci ao Partido Comunista desde meus 15 anos de idade e em 1964, estava com 19 anos quando houve o golpe militar. Era uma trabalhadora da Cia Siderúrgica Mannesmann situada no Barreiro de Baixo, na grande Belo Horizonte. Fui perseguida durante os anos de ditadura, vivi por quase oito anos na clandestinidade, fui presa, torturada juntamente com toda minha família.

### **PRIMEIRA FASE: QUANDO AS MULHERES AINDA ERAM POLITICAMENTE INOFENSIVAS...**

As mulheres foram excluídas da política antes do golpe. Em 1957, no governo do Juscelino Kubstichek, foi proibida e fechada a Federação de Mulheres do Brasil, a organização nacional de mulheres sob a influência do Partido Comunista. Os homens comunistas não se manifestaram e mantiveram seu apoio ao governo do JK. Segundo Heleieth Safiotti<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Heleieth Safiotti, teórica feminista (1934-2010).

Logo no início do governo Juscelino Kubitschek, as autoridades brasileiras suspenderam o funcionamento de grande número de associações femininas, dentre as quais figuravam a Associação Feminina do Distrito Federal e a Federação de Mulheres do Brasil, à qual se filiava a primeira. (SAFIOTTI, 2013, p. 387).

As mulheres comunistas estavam dispersas em relação às lutas chamadas “específicas”. Estavam, portanto, pouco mobilizadas.

Enquanto isso, entidades financiadas pelos Estados Unidos eram criadas como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Formulavam e implementavam estratégias para colocar a opinião pública contrária aos comunistas e, principalmente ao governo do João Goulart (Jango). Manipulavam informações para obter o apoio efetivo ao movimento golpista. Criaram, juntamente com mulheres de classe média alta, na sua maioria católicas, organizações “femininas” como Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, Liga Democrática de Mulheres (LIMDE), em Minas Gerais, entre outras. Prepararam as “massas femininas” convocando-as para a “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”. Mobilizaram milhares e milhares de mulheres em diversas capitais e cidades brasileiras. Ao todo foram registradas 49 manifestações massivas golpistas por meio desta Marcha, em capitais e cidades maiores.

Amélia Molina Bastos, professora primária, aposentada, fundadora e presidente da Camde esclarece como foi criada sua entidade:

[...] Sou neta, sobrinha e irmã de general. [...] Aqui nesta casa foi fundada a Camde. Meu irmão, Antônio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: ‘Mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objetivo.’ (TELES, 1993, p. 54).

As “organizações femininas” assim criadas vão colocar milhares de mulheres nas ruas para derrubar o governo do Jango. Com cartazes como: *Não à foice e martelo, pelo verde e amarelo* ou *Vermelho só é bom no batom*, poucos dias antes do golpe militar, as mulheres guiadas por padres e mulheres brancas da classe média vão às ruas em marcha exigindo a destituição do governo legitimamente eleito do João Goulart.

René Dreifuss descreve sobre a estratégia usada pelos golpistas:

A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima pressão popular. [Além de tudo,] o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a ‘descoberta’ dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo. (DREIFUSS, 1981, p. 291 apud CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 280).

Assim a ditadura militar é implantada no Brasil, o que trouxe mais violência e sofrimento para o povo brasileiro. Exportou para os demais países da região a implantação de ditaduras similares.

#### **ALTERAÇÕES PROFUNDAS NA VIDA DAS MULHERES**

[...] a este grau de confronto se somou um tipo de questionamento que afetava diretamente as relações hierárquicas entre os sexos e que iria conduzindo pouco a pouco a transformações na vida familiar, na forma em que as mulheres se posicionavam nas relações domésticas público-políticas, a indagação do próprio desejo, a exploração do corpo e da mente, a produção do conhecimento ou a busca de uma mudança social radical. (FEIJOÓ; NARI, 1994 apud ANDÚJAR, 2009, p. 11).

Na segunda fase, a atuação de mulheres se desenvolve em dois sentidos.

Num primeiro sentido, pode-se observar que a incidência de alterações do cotidiano, do trabalho e da vida social e cultural, atingiu de forma mais abrangente as mulheres. Vários fatores contribuíram para estas mudanças. Houve um deslocamento da população do campo para a cidade. Se antes do golpe, dois terços dos brasileiros viviam no campo, a situação se inverteu devido à falta da reforma agrária. A classe trabalhadora vivia sob o arrocho salarial, submetida às condições precárias, com altos índices de acidentes de trabalho e horas extras. Expandia-se o capitalismo o que tornou o Brasil a oitava potência industrial do mundo. As cidades cresceram, sem a infra-estrutura adequada, aumentaram as favelas, os cortiços, as periferias e subúrbios. O índice da mortalidade infantil cresceu de maneira assustadora principalmente nos grandes centros urbanos. As mulheres saíram em busca de trabalho, o que contribuiu para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em 1950, as mulheres representavam 13,5% da força de trabalho. Em 1976, eram 28,8% e, em 1985, 37%. Na realidade, cresceu mais a participação das mulheres do que a dos homens no mercado de trabalho. Conciliar o trabalho nas empresas, sem creches, tem sido ainda um dos grandes desafios para as mulheres. A descoberta da pílula anticoncepcional possibilitou para as mulheres ter o prazer sexual sem medo de uma gravidez indesejada.

No mundo, retoma-se o feminismo, cresce a segunda onda feminista que busca igualdade e direitos de escolha de ser ou não ser mãe.

Por sua vez, a ditadura impôs o controle da natalidade por meio da Bemfam- Sociedade do Bem Estar da Família, o que levou milhões de mulheres a serem esterilizadas. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida reprodutiva. Mas na prática abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo a esterilização em massa. Os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Esta postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas. Os índices apresentados naquela época

já eram altíssimos: Em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos se encontravam esterilizadas (trompas ligadas) enquanto 12,5% usavam pílulas; em Manaus, 33% das mulheres estavam com as trompas ligadas; 17% no Piauí, 15% das paulistas. Estavam excluídas destes cálculos, as mulheres esterilizadas por outros motivos, como abortos mal feitos ou pelo uso inadequado de pílulas ou do DIU (Folha de São Paulo, 17/07/1983). A ação da Bemfam e de outras entidades congêneres, com o suporte do estado brasileiro, reduziu drasticamente os índices de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas com baixa densidade demográfica como a Amazônia.

As mulheres foram assunto censurado e proibido pela ditadura. A *Revista Realidade* de no. 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por apresentar o resultado de uma pesquisa sobre o que pensam as mulheres brasileiras (1.200 mulheres foram entrevistadas nesta pesquisa). Segundo os censores, o que determinou o veto total à revista foi a reportagem “Assista um parto até o fim”. A foto da mãe que acabava de ter o bebê mostrava uma mulher de costas. Não havia nenhuma exposição dos órgãos genitais da parturiente. Mesmo assim os censores alegaram que era “um atentado à moral e aos bons costumes”.

O jornal *Movimento* de no. 45 (1976) tratava da situação das mulheres no trabalho e teve sua edição totalmente apreendida. Até as tabelas do IBGE foram proibidas.

Portanto, as brasileiras mesmo com informações truncadas ou sem informações reinventaram formas de sobrevivência e de realização pessoal e social, sob a mais ferrenha ditadura.

Outro aspecto da participação das mulheres, refere-se aquelas que militavam nas organizações de esquerda. Na luta contra a ditadura militar, deve-se ressaltar a participação dessas mulheres nas mais de 40 organizações de esquerda, clandestinas, sob a ameaça de extermínio, o que depois de fato aconteceu. A ditadura dizimou todas as organizações de esquerda na última etapa da repressão mesmo aquelas que não participaram da luta armada.

Houve mulheres que participaram da guerrilha urbana e rural. Os índices de participação de mulheres não são nada desprezíveis. Segundo o “Brasil Nunca Mais”, das 7.367 pessoas que foram processadas pela Jus-

tiça Militar, 88% eram homens e 12% eram mulheres. O Estado Maior do Exército fez um estudo de presos políticos (pertencentes aos movimentos guerrilheiros) que se encontravam em quartéis no ano de 1970, ou seja, um total de mais de 500. Segundo este estudo, 56% eram estudantes. A idade média era de 23 anos. 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida no sul do Pará entre 1972 a 1975), dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17 % eram mulheres.

Houve mulheres que lideraram greves, participaram no comando de ações armadas, imprimiram clandestinamente jornais e publicações, transportavam armas e retiravam pessoas clandestinas dos “aparelhos” e as levavam para outros lugares mais seguros. Em 1968, as greves operárias levantaram o ânimo das forças políticas de esquerda. Em Contagem, Minas Gerais, houve a primeira greve contra o arrocho salarial imposto pela ditadura. Esta greve foi dirigida por uma mulher, Conceição Imaculada de Oliveira.

As mulheres por decisão própria foram participar dos movimentos guerrilheiros. Romperam com preconceitos e barreiras junto à sociedade, em geral, e, também dentro de suas próprias organizações de esquerda. Muitas foram assassinadas, tombaram de maneira corajosa mas suas histórias permanecem ignoradas e anônimas.

No Dossiê Ditadura, feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, há a denúncia de 51 casos referentes a presas políticas assassinadas ou desaparecidas, o que significa aproximadamente 11% do total das vítimas.

Das mulheres que estiveram na luta, algumas tiveram que deixar companheiros, crianças e a família. Deixaram de lado os tabus sobre a sexualidade e romperam com os estereótipos femininos de *submissas, indecisas, dependentes*.

Vera Silvia de Araújo Magalhães (1948-2007) foi uma guerrilheira bastante jovem, com 21 anos de idade (TELES; LEITE, 2013, p. 34). Queria conquistar o bem estar do povo, o que era inaceitável para os ditadores. Pertenceu ao MR-8<sup>2</sup> e foi a primeira mulher de sua organização

<sup>2</sup> MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro – organização, política socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar. O nome “8 de Outubro” se deu em memória ao dia em que Ernesto “Che” Guevara foi morto na Bolívia: 8 de outubro de 1967.



a participar da luta armada. Anos mais tarde, ela declarou em uma entrevista que

[...] era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puto esforço para chegar lá. A minha militância política foi uma batalha, porque além de tudo, havia o preconceito machista.

Dinalva Oliveira Teixeira, mulher negra (1945-1973) foi guerrilheira do Araguaia. Era geóloga e única mulher a chegar a ser vice-comandante na guerrilha. Era exímia atiradora e por isso muito conhecida na região. Teria sido capturada viva pelos agentes do Exército. O Coronel do Exército, Pedro Cabral, um dos agentes que participou dos combates contra os guerrilheiros, com torturas, assassinatos e ocultamento dos cadáveres, disse que ela estaria grávida quando foi seqüestrada. Houve crianças nascidas em cativeiros, filhas de guerrilheiras ou guerrilheiros e que não foram entregues aos seus familiares. Foram para orfanato ou para agentes de polícia ou militares.

As desigualdades das mulheres refletiam nas relações desiguais de poder dentro das próprias organizações de esquerda. Ao serem seqüestradas pelo inimigo, foram submetidas às torturas e principalmente a violência sexual, o estupro, o abortamento, o afastamento abrupto dos filhos, entre outras atrocidades.

Ines Etienne Romeu, integrante da direção da VAR-Palmares, foi submetida a torturas por um tempo maior e de modo mais intenso do que as demais que foram mantidas vivas. Aliás, ela é a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, estado do Rio, um dos centros de extermínio de opositores à ditadura militar. Inês foi estuprada pelos agentes da repressão e submetida a todo tipo de torturas.

Aqui coloquei alguns casos. Mas são muitas mulheres que sobreviveram e que dão seus testemunhos às Comissões da Verdade dos estupros e outras violências sofridas.

Quero também destacar que havia mulheres que atuavam no aparato repressivo. Integravam as equipes de atividades externas de buscas que visavam prender ou seqüestrar militantes. A repressão usava um suposto casal de namorados para espionar, perseguir e prender militantes. Mas nas

equipes de tortura, de um modo geral, só participavam homens. Os militares não confiavam nas mulheres para exercerem a violência com regularidade e até as últimas consequências.

### AS MULHERES OCUPAM AS RUAS...

“[...] *aprendemos a ser independentes* [...]”<sup>3</sup>

Na terceira fase, vamos encontrar, num primeiro plano, as mulheres organizadas nas periferias, sejam nos clubes de mães ligados à Igreja Católica. O ano de 1975 foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher. As mulheres aproveitaram a brecha criada pela ONU e se mostraram publicamente nas lutas contra o custo de vida e pela criação de creches, na luta por anistia. Criaram o primeiro jornal feminista desta época: *Brasil Mulher*. Ressalta-se que as mulheres foram o primeiro movimento social a sair às ruas depois da edição do AI-5<sup>4</sup>.

Portanto, pela ordem cronológica, primeiramente as mulheres saíram às ruas, nos movimentos contra a carestia, depois, em 1977, saíram os estudantes e, posteriormente, em 1978, os operários e sindicalistas fizeram greve, ocupando fábricas, estádios e ruas.

As experiências das mulheres nos espaços públicos forjaram um feminismo engajado com as causas populares, políticas e voltado preferencialmente para as classes trabalhadoras. Em plena ditadura, as feministas não temeram desvelar o cotidiano com questões como a sexualidade, a legalização do aborto, o trabalho doméstico e a violência contra as mulheres. Levantaram de maneira ousada que as questões do mundo privado são imprescindíveis para a transformação da sociedade numa perspectiva justa e igualitária.

<sup>3</sup> Odete Marques era integrante de um Clube de Mães da Zona Sul da cidade de São Paulo e do Movimento do custo de Vida, em 1975.

<sup>4</sup> AI-5 – Ato Institucional no. 5 foi baixado em 13/12/1968. Ampliou os poderes do Executivo para fechar o Congresso Nacional, cassar parlamentares e integrantes do Executivo, em nível federal, estadual, municipal, demitir ou remover juizes, além de decretar a suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e a suspensão do *habeas corpus*. O AI-5 foi considerado a ditadura dentro da ditadura. (ALVES, 1984, p. 131).

As feministas recusaram a dupla moral, a manipulação política. Tais idéias passaram a ser divulgadas nos jornais feministas que surgiram à época: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. O feminismo forjou as lutas contrárias à ditadura que defendiam anistia, liberdades democráticas, eleições livres e diretas. Criaram novas formas de participação política abrindo caminhos para movimentos de lésbicas, gays e travestis, movimentos de mulheres negras e movimentos sindicais. O feminismo foi construído no campo da esquerda, mas com força decisiva das mulheres da periferia, das universidades e dos sindicatos. Não se deixou isolar. O feminismo comprometeu-se de imediato com a luta de classes sem abrir mão de suas causas específicas. Foi paulatinamente aprendendo a lidar com a dupla militância. O feminismo buscou formas de criar, articular e consolidar organizações de mulheres. Foi a partir das feministas que foi tomada a iniciativa de realizar o 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979, ano da anistia política. Tal evento teve uma enorme repercussão nacional e popularizou de forma definitiva o feminismo. Anos antes, em 1975, foram realizados encontros no Rio e São Paulo que politizaram as questões das mulheres. O feminismo buscou fundamentar suas experiências e argumentos em teóricas revolucionárias como Alessandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell.

Maria Moraes ao se referir aos estudos feministas da época reforça que:

As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo [...] as teses de Marx e Engels sobre as origens da família e da propriedade privada constituem uma contribuição básica para a formulação da teoria da opressão. (TELES; LEITE, 2013, p. 261).

Alessandra Kollontai introduz a temática do amor, da paixão e da liberdade no debate político pós revolução proletária de 1917. Trouxe contribuições valiosas para a politização do cotidiano. Kollontai ressalta que o amor não é uma questão privada mas, um precioso fator social. Aliás o que a diferencia das demais teóricas é o desejo de dar uma nova qualidade às relações entre mulheres e homens, a necessidade de introduzir questões da sexualidade ao indivíduo e à subjetividade no pensamento marxista.

Simone de Beauvoir, em 1949, questionou a maternidade como destino *natural* das mulheres. Ela introduziu dois conceitos: de *situação e alteridade* que podem ser resumidos no desejo a uma liberdade autônoma das mulheres e a descoberta de uma situação imposta em que os homens estabelecem a condição do outro. As mulheres querem decidir sobre suas vidas e suas decisões são limitadas às exigências de uma situação que as constituem como impossibilitadas ou incapazes de serem reconhecidas como “sujeitos políticos, titulares de direitos”. Sua frase: *Ninguém nasce mulher, torna-se é a síntese do seu pensamento que entende que a subordinação das mulheres não é uma condição biológica mas sim uma construção social.*

Juliet Mitchell escreveu em 1966 que a revolução das mulheres é a mais longa pois considera imprescindível para a libertação das mulheres uma transformação de todas as estruturas nas quais elas estão integradas. Ela considera que o feminismo da década de 1960 traz no seu bojo uma radicalidade jamais encontrada anteriormente. Primeiramente ela afirma que as feministas tomaram consciência de que o oprimido (o operário) também é opressor das mulheres. Por outro ela destaca que a opressão das mulheres *manifesta-se tanto na miséria econômica quanto na cultural, e em todas as classes sociais.*

Outras autoras também contribuíram para a construção do feminismo ainda sob a ditadura militar. Heleieth Safiotti (1934 – 2010) teórica e militante feminista brasileira, foi a que mais iluminou nossas ideias naqueles tempos sombrios.

Quando de sua morte, fiz um memorial em homenagem a ela e aqui vai um trecho:

Iniciava-se a organização de alguns grupos feministas que se reuniam para trocar experiências pessoais e políticas, mas para tratar também da situação e dos entraves políticos que se interpunham contra os movimentos, o que dificultava a vivência, a reflexão, pontos fundamentais para transformar a vida e o trabalho das mulheres. Como deixar de ser submissa, ter direitos como o de escolha, o de decidir inclusive sobre o próprio corpo, se todo o povo vivia calado e cabisbaixo? Como enfrentar esta situação, com o intenso e constante cerco da repressão política que intimidava, censurava, humilhava e maltratava a sociedade brasileira? Os feminismos se desenvolvem nas ações coletivas de mulheres e a ditadura proibia o ajuntamento e a reunião de pessoas. Como desabrochar os feminismos, de forma isolada, reprimida e censurada?

Os feminismos dependem dos coletivos de mulheres. Nesse sentido, todas as mulheres conscientes de que devem lutar por direitos são merecedoras de serem referenciadas. Mas Heleieth foi tudo isso e mais: com sua produção intelectual, ela construiu novos marcos teóricos que ampliam e aprofundam o entendimento das condições para o pleno desenvolvimento da sociedade com igualdade e justiça social.

As feministas que retomaram os movimentos na década de 1970, em sua grande maioria, eram originárias das organizações políticas de esquerda. Comprometidas, com as causas populares e com a transformação da sociedade, precisavam superar os desafios impostos pela ditadura. Mas também havia a rejeição da própria esquerda que considerava o movimento feminista *um desvio da luta de classes*. De um modo geral, não havia um acúmulo teórico sobre os feminismos. Eram escassos os materiais sobre o tema. Às vezes, chegavam papéis datilografados que continham as idéias das feministas do exterior. Tinham pouco alcance, havia dificuldade de circulação entre os grupos. Eram difíceis a reprodução e o debate sobre estes poucos textos: *A Revolução mais longa* de Juliet Mitchell ou *A mais valia do Trabalho Doméstico* de Isabel Larguia, dentre outros. Impunha-se a necessidade de conhecer as bases teóricas dos temas feministas e aprofundar os estudos e debates. Era imprescindível o apoio da esquerda. Mas como convencê-la a apoiar os feminismos emergentes? Eram necessários novos marcos teóricos para mostrar que os feminismos não eram contrários à luta de classes, nem às bandeiras políticas de defesa de liberdades, programa que unificava a oposição. Como encontrar estes marcos teóricos? Onde? Com quem? É justamente neste momento, que as feministas encontram Heleieth, feminista pioneira desta onda, que já vinha antes, há quase duas décadas, desenvolvendo idéias, estudos e teses sobre a emancipação das mulheres na sociedade de classes<sup>5</sup>, na área acadêmica, a despeito de todo o preconceito que colocava o assunto submerso no silêncio e na invisibilidade. Ela enfrentou, solitariamente, com coragem, competência e altivez, as críticas que lhe dirigiram as diversas forças políticas inclusive de intelectuais, que não a aceitavam, por se atrever a ser feminista, marxista e intelectual no espaço da Universidade. Ela era convicta de sua postura teórica e ideológica, não abria mão de seus princípios. Sofreu também uma certa desconfiança junto aos setores progressistas da oposição.

Na sua tese de doutorado defendida em 1966 e publicada em 1969: *A Mulher na Sociedade de Classes*, Heleieth demonstrou que atuar pela libertação das mulheres exige o engajamento na luta de classes. *Temos que remeter a luta de emancipação feminina à luta de classes*, declaração dela ao jornal Brasil Mulher, em 09/10/1975. Naqueles anos contur-

<sup>5</sup> Em 1969 foi publicado o livro *Mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Ed. Quatro Artes, 1969.

bados em que se entendiam lutas específicas e gerais como antagônicas, seus estudos definiram um rumo aos movimentos: as lutas das mulheres e as lutas de classes devem caminhar juntas e estão entrelaçadas pelo mesmo sistema de opressão e exploração. (texto publicado no site da Revista “Caros Amigos”, em dezembro de 2010).

## CONCLUSÕES

As mulheres foram manipuladas no período pré-golpe e foram excluídas da política, o que resultou numa ditadura de 21 anos que trouxe seqüelas e danos até o momento irreparáveis, como a militarização da vida pública, a desconfiança, a insegurança social e o pensamento dicotômico.

No entanto, as mulheres participaram da luta contra a ditadura militar das mais diversas formas, não temeram as conseqüências, muitas tiveram suas vidas ceifadas. Fizeram greves, passeatas, participaram da luta armada. Sofreram a repressão, torturas, violências sexuais mas mantiveram a altivez. Foram alvo da censura política. Denunciaram seus algozes e defenderam as liberdades políticas e a anistia ampla, geral e irrestrita a todas as pessoas perseguidas e presas pela ditadura. Criaram novas formas de fazer política. Organizaram movimentos populares que desmascararam o “milagre econômico” brasileiro responsável pelo arrocho salarial e inflação.

O feminismo se manifestou pela criação da imprensa feminista (jornais: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*). Segundo o pesquisador Luis Vitale (1987, p. 273), no Brasil em fins da ditadura (1985), havia quase 200 grupos feministas de norte a sul do país.

No bojo desse contexto, insurge o feminismo de caráter popular, que veio para ficar e reinventar novas formas de luta para que sejam alcançadas novas perspectivas para a sociedade democrática, justa e solidária.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petropolis: Vozes, 1984.
- ANDÚJAR, Andrea et al. (Comp.). *De minifaldas, militâncias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 em la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009.

CODATO, Adriano Nuevo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-018)>. Acesso em: 2013.

GRAMMÁTICO, Karin. *Mujeres montoneras*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012.

SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VITALE, Luis. *La mitad invisible de la historia*. Buenos Aires: Sudamericana-Planeta, 1987.